

Et, à Rio, plus ça reste le même...
Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro¹

Valéria Pero²

Resumo

O Rio de Janeiro tem a característica de ser o Estado com a maior mobilidade social intergeracional mas também o único que apresenta uma tendência à diminuição da mobilidade ascendente. Isso pode ser explicado, pelo menos em parte, pela perda de dinamismo da economia fluminense que vem ocorrendo há algumas décadas. Além disso, verificou-se uma estabilidade no padrão de mobilidade por trocas, sugerindo que a distribuição de oportunidades não mudou de forma significativa ao longo do tempo.

Palavras-chave: mobilidade social, mobilidade intergeracional, desigualdade de oportunidade

Abstract

Rio de Janeiro has the highest intergenerational social mobility in Brazil but it is the only one that shows a decreasing trend in the improvement of the social status. This can be explained, partially, by the dynamics of the economy in the State which has been decreasing during the last decades. Furthermore, there is a stability of the pattern of circular mobility, suggesting that the distribution of opportunities hasn't changed significantly during the period.

Key-words: social mobility, intergenerational mobility, inequality of opportunity

Área de classificação da ANPEC:

ÁREA 6: Economia do Trabalho, Economia Social e Demografia

Código da classificação do JEL:

J62: Occupational and Intergenerational Mobility

¹ Gostaria de agradecer ao Luiz Marcelo Ferreira pelo excelente trabalho de assistência à pesquisa.

² Professora do IE/UFRJ e pesquisadora visitante da ENCE/IBGE com financiamento da Fundação Ford.

Introdução

“As crianças se tornarão profissionais liberais, artistas ou marginais”.³ Essa frase tem um tom exagerado mas dela pode ser feita a leitura de que as crianças e jovens devem enxergar no quadro de possibilidades futuras uma inserção na sociedade a partir das categorias ocupacionais ligadas às áreas técnicas e científicas e à arte e cultura, independentemente da origem social. Se os filhos das pessoas que trabalham em ocupações de baixa renda não tiverem oportunidade de melhorar as condições socioeconômicas, os destinos podem ser cada vez mais marcados por outras possibilidades de “crescer na vida”, como a entrada para atividades ilegais e/ou criminosas, mesmo que seja às custas de uma vida curta.

O mais interessante aqui, no entanto, é que essa frase contém a motivação de fundo para o estudo sobre mobilidade social desenvolvido nesse trabalho. Na medida em que a reprodução das desigualdades de oportunidades pode levar a comportamentos de risco para o convívio social como resposta às crescentes dificuldades cotidianas materiais e simbólicas colocadas por questões de justiça social, é importante analisar se a distribuição de chances relativas dos indivíduos ocuparem determinada posição social na estrutura de estratificação da sociedade do Rio de Janeiro mudou ao longo das duas últimas décadas.

Se, por um lado, os indicadores sociais referentes à escolaridade, mortalidade infantil, esperança de vida assim como à condições de vida apresentam uma melhora inquestionável nesse período, por outro lado, a perda de dinamismo da economia fluminense combinada com a constatação da estabilidade na desigualdade de renda, colocam dúvidas sobre se houve uma melhora nas distribuição de oportunidades no Rio de Janeiro.

Esse trabalho tem, então, como objetivo principal analisar a evolução temporal da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro com intuito de verificar o comportamento do grau de abertura ou fluidez da sociedade fluminense, ou seja, o grau de dependência da posição social do indivíduo em relação à sua origem socioeconômica. Com isso, busca-se evidências empíricas para avaliar se houve uma melhora ou piora no quadro de desigualdade de oportunidades.

Assim sendo, a seção seguinte apresenta a metodologia básica para os estudos sobre mobilidade social, ou seja, a construção das categorias ocupacionais, a fonte de dados e as estimativas de mobilidade. A seção 3 analisa a evolução das taxas de imobilidade e mobilidade no Rio comparativamente ao Brasil e na seção 4 aplica-se um modelo log-linear geral para isolar o componente da mobilidade circular ou por trocas - o qual mede o grau de abertura da sociedade - e avaliar se houve mudanças ao longo do tempo no padrão de mobilidade intergeracional. Por fim, são destacados os principais resultados desse trabalho.

2. Metodologia básica para o estudo da mobilidade social

A mobilidade social pode ser definida, de uma maneira bastante ampla, como o movimento de pessoas ou grupos específicos entre diferentes situações, determinadas a partir de um indicador de *status* social, ao longo de um certo período. Nesse sentido, os

³ Lema da peça de teatro “Meninos no Meio da Rua” em cartaz no Rio de Janeiro.

estudos sobre mobilidade social com ênfase nas análises sobre ascensão ou não de grupos socioeconômicos depende da construção de uma hierarquia no sistema de estratificação da sociedade baseada num indicador de *status* que permite a diferenciação de posições dos indivíduos numa escala social.

Em geral, esse *status* social é definido pelo *status* ocupacional e, por conseguinte, a mobilidade social é, em termos rigorosos, a mobilidade ocupacional. No entanto, os critérios utilizados para a agregação das ocupações no sentido de gerar grupos sociais são opções metodológicas que demarcam linhas conceituais e teóricas nos estudos sobre mobilidade social.

Por um lado, os estudos de classe colocam-na como um grupo real, ou seja, um grupo no qual a unidade traduz uma realidade vivida (de forma consciente ou não) e, portanto, a linha de pesquisa gira em torno da problemática da estruturação social. O ponto de partida está relacionado a questão sobre se é possível observar na vida real os grupos que estruturam a sociedade, ou seja, que de alguma forma engajam as maneiras de agir e de pensar dos cidadãos. Ou ainda sobre a magnitude e intensidade das identidades e solidariedades sociais e de oposições sociais.

Por outro lado, quando o grupo social é definido a partir de uma agregação de indivíduos a partir de um determinado atributo conhecido (sem necessariamente implicar em uma identidade na maneira de agir e/ou um sentimento de identidade coletiva), a problemática se desloca para o campo de pesquisa sobre estratificação social. As questões principais estão relacionadas a como as pessoas se distribuem segundo determinados critérios de análise e os processos geradores de desigualdade na distribuição das pessoas na sociedade. Sendo assim, os estudos sobre estratificação analisam a sociedade em termos de composição social e não de organização social. É claro que esses dois tipos de análise não são antagônicas ou excludentes mas o que importa colocar aqui é que se propõem a contribuir de forma diferente para o entendimento dos processos de geração e reprodução das desigualdades.

Assim, a análise de mobilidade social desenvolvida neste trabalho se refere aos movimentos das pessoas no sistema de estratificação social e, portanto, o estudo vai na direção de contribuir para o debate sobre a questão da evolução da distribuição de oportunidades segundo a origem social (desigualdades socioeconômica).

2.1. Mensuração do *status* social

Nesse trabalho, utiliza-se um método de hierarquização das ocupações com base num indicador de *status* socioeconômico construído por Valle Silva (1976, 1985). Essa escala procura medir a situação socioeconômica dos indivíduos que ocupam cada uma das “diferentes posições sociais que podemos distinguir na divisão social do trabalho”, a partir das variáveis empíricas nível de escolaridade (medido em anos de estudo completos) e rendimentos do trabalho principal.

Com base no método adotado por Bogue (1963) para a estrutura ocupacional americana, que tem como característica principal obter uma mensuração ao nível de escala de razão facilitando a agregação por qualquer tipo de variável, a unidade de medida utilizada é a moeda, o que permite não só a comparação no tempo e no espaço como também a análise de distância social, aspectos fundamentais para o escopo desse trabalho que visa

uma análise temporal da mobilidade social, enfatizando as peculiaridades do Rio de Janeiro em relação à média brasileira.

O procedimento para o cálculo da escala de diferenciação social tem três passos fundamentais: (1) calcula-se o *status* educacional e econômico dos indivíduos, (2) combina-se os *status* educacional e econômico para gerar o *status* individual, (3) agrega-se os *status* individuais para cada ocupação gerando o *status* ocupacional e (4) divide-se por uma constante para padronizar os valores dos *status* ocupacionais dentro de uma escala de 0 a 100 pontos.

Primeiramente, o *status* econômico (R) dos indivíduos é definido como uma função identidade do seu nível real de rendimentos, ou seja, é o rendimento recebido pelo trabalhador na ocupação principal. Como esse trabalho analisa a evolução temporal da mobilidade social é necessário calcular o rendimento real desses trabalhadores. Para tanto, utilizou-se um deflacionamento apropriado com base no IGP-DI para a 1976 e no INPC-R para 1988 e 1996 construído por Ferreira e Barros (1999).

Em seguida, o *status* educacional é calculado a partir de uma função renda-escolaridade, a qual estima o valor que o mercado paga, em média, para os indivíduos com determinado nível de escolaridade. Foram, então, estimados os rendimentos esperados para dezoito níveis de escolaridade (que variam de 0 anos de estudo a 17 anos de estudo completos) a partir de uma regressão entre a renda e educação com uma função exponencial⁴ definida da seguinte forma:

$$S^{E_i} = e^{a + bE_i}$$

Onde E_i é o nível educacional do indivíduo i medido em anos de estudo completos (0 a 17 anos), S^{E_i} é o *status* educacional indivíduo i , ou seja, a renda esperada do indivíduo i com escolaridade E_i , a e b são constantes. Os valores de a e b foram, respectivamente, 203.32 e 0.132, com um coeficiente de determinação de 0.93, indicando que essa função se ajusta muito bem às observações.

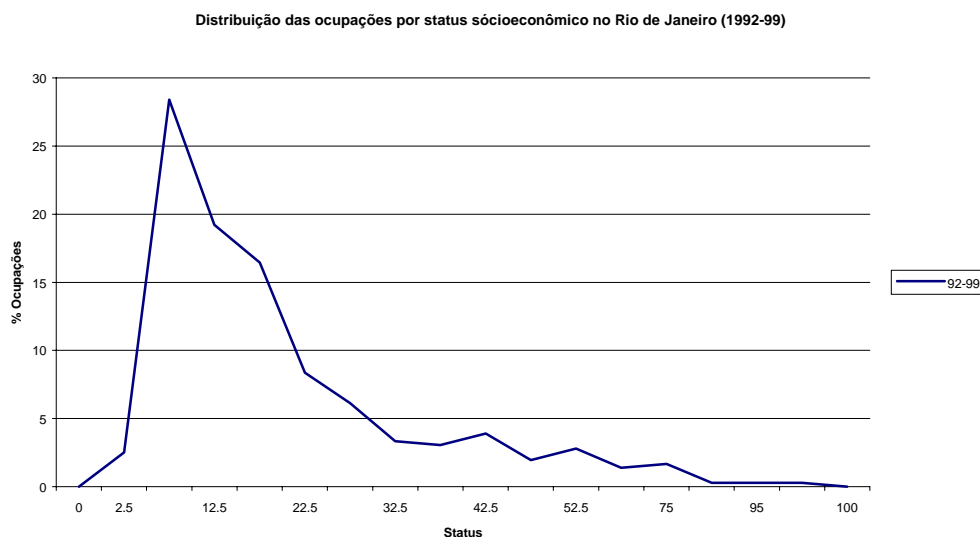
Além disso, levou-se em consideração a faixa etária do trabalhador(a), na medida em que a experiência é uma variável relevante tanto por sua influência independente sobre o rendimento quanto pelo efeito da interação com a escolaridade na determinação dos rendimentos. Nesse sentido, o *status* educacional foi estimado por faixa etária de 5 anos entre as pessoas com 15 a 65 anos de idade.

Tendo sido calculados o *status* educacional por faixa etária e o *status* econômico (renda real recebida pelo trabalhador) é possível, então, obter o *status* socioeconômico individual a partir da média destes. Por fim, para calcular o *status* ocupacional foi calculada a média dos *status* individuais por cada ocupação.

⁴ Já foi bastante observado na literatura que a relação entre escolaridade e rendimento é não-linear e, mais especificamente, tem o formato de uma função exponencial.

A figura 1 mostra a distribuição das ocupações por *status* socioeconômico numa escala normalizada de 0 a 100. É de certa forma surpreendente verificar que o formato da distribuição das ocupações por *status* socioeconômico no Rio de Janeiro nos anos 90⁵ é semelhante ao do Brasil em 1970, como pode ser visto em Valle Silva (1974).

Figura 1



Merece, então, recolocar a questão de que apesar das mudanças na estrutura ocupacional não houve uma melhora na distribuição do *status* ocupacional em direção a um aumento significativo da participação das ocupações com *status* médios, de tal forma que a distribuição se aproximasse mais de uma normal. O autor citado anteriormente concluiu na época que “um grande número de ocupações que no Canadá e nos EUA são consideradas de “classe média”, no Brasil poderiam perfeitamente ser alocadas aos estratos mais baixos da população.” Mais de vinte anos depois no Rio de Janeiro... parece que ainda continua assim.

2.2. Definição dos estratos sociais

A definição dos estratos sociais é um ponto crucial nos estudos sobre mobilidade social. Como a mobilidade social neste estudo se refere à mudança de *status* socioeconômico é fundamental que as categorias ocupacionais sejam selecionados de tal forma a garantir uma certa homogeneidade interna⁶ e uma diferenciação socioeconômica para que as mudanças de categoria ocupacional sejam associadas à mobilidade social.

⁵ Como forma de garantir maior precisão das estimativas do *status* por ocupação no Rio de Janeiro compactou-se em um arquivo as PNADs de 1992 a 1999. Vale dizer que apesar de diminuir os problemas derivados da variabilidade amostral, esse procedimento não ataca os possíveis problemas de viés do desenho amostral da pesquisa.

⁶ Esse é uma tarefa bem difícil principalmente quando se leva em conta a variável renda (especialmente em períodos de alta inflação). Verifica-se que mesmo em alguns títulos ocupacionais a heterogeneidade interna é muito alta, como é o caso dos proprietários agrícolas que compreendem os grandes fazendeiros e os pequenos agricultores, além dos jogadores de futebol e produtores de espetáculo. Para analisar o *status* por título ocupacional e questões metodológicas relacionadas, ver Valle Silva (1974, 1985) e Januzzi (2000, 2001).

Os títulos ocupacionais da Pnad de 1976 foram compatibilizados com os de 1988 e 1996 (que são mais detalhados)⁷ e ordenados pelas 18 categorias ocupacionais construídas por Valle Silva (1992), que leva em conta os recortes tradicionais para garantir afinidades em termos de inserção no mercado de trabalho: manual e não manual, proprietários e não proprietários e setor de atividade.⁸

Em seguida, essas categorias foram reagrupadas em 9 grupos a partir da proximidade do *status* socioeconômico e de afinidades na forma de inserção no mercado de trabalho. A tabela 1 apresenta, então, a caracterização e hierarquização dos estratos ocupacionais que serão analisados neste trabalho. Além disso, para realizar um estudo sobre a evolução da mobilidade social ao longo do tempo garantiu-se a consistência temporal na hierarquia do sistema de estratificação social.

Tabela 1
Composição das nove categorias ocupacionais (Rio de Janeiro - 1996)

Categorias ocupacionais	Principais ocupações	Status	Renda	Escolaridade
1. Trabalhadores rurais	Trabalhadores de cultura, pescadores, trab. agropecuários autônomos	5,66 (4.76)*	212.8 (339.7)	3.0 (3.3)
2. Serviços domésticos	Empregadas domésticas, porteiros, vigias	6,02 (2.81)	220.6 (168.6)	4.4 (3.1)
3. Trabalhadores da indústria tradicional	Tecelões, Alfaiates, Sapateiros, Carpinteiros, Padeiros, Pintores	8,03 (4.59)	378.9 (356.9)	5.1 (3.3)
99994. Trabalhadores nos serviços gerais	Vendedores, Motoristas, Telefonistas, Garçons, Cabeleireiros	9,49 (5.83)	445.4 (432.5)	6.5 (3.5)
5. Comerciantes por conta-própria	Comerciantes, Donos de Pensões, Feirantes	10,83 (8.68)	531.4 (621.6)	6.5 (4.0)
6. Trabalhadores da indústria moderna	Mecânico, Soldadores, Torneiros, Eletricistas, Montadores e Reparadores de equipamentos elétrico-eletrônicos	11,14 (6.07)	581.8 (449.1)	6.9 (3.3)
7. Técnicos, artistas e tabalhadores de escritório	Técnico Químico, Prof. 1º grau, Operador de Eq. Som, Rádio, TV e Cinema, Secretárias, Auxiliares Administrativos, Corretores de Seguros	16,30 (10.25)	783.3 (803.3)	10.6 (3.6)
8. Empregadores	Industriais, Comerciantes, Hoteleiros, Proprietários Agrícolas	28,42 (27.51)	1966.4 (2467.7)	9.6 (4.5)
9. Prof.liberais e dirigentes	Engenheiros, Prof. Ensino Superior, Magistrados, Diretores de Empresas, Dirigentes Públicos	32,73 (19.97)	1907.0 (1771.4)	14.1 (3.1)
<i>Média</i>		<i>12,89</i> <i>(13.09)</i>	<i>647.4</i> <i>(1007.7)</i>	<i>7.3</i> <i>(4.6)</i>

Fonte: PNAD-1996.

*Desvio-padrão.

2.3. Metodologia e estimativas da mobilidade social intergeracional

⁷ Isso gerou algumas restrições no processo de classificação, visto que foi necessário puxar as desagregações ocupacionais realizadas nas PNADs de 1988 e 1996 para os títulos mais agregados da PNAD de 1976. O maior problema encontrado foi em relação às ocupações dos proprietários que não eram subdivididas entre empregadores e conta-próprios. No entanto, como em 1976 foi perguntado também, no suplemento sobre mobilidade social, a posição na ocupação do pai foi possível, então, separar esse grupo cruzando as ocupações de proprietários com a posição na ocupação.

⁸ Ver Scalon (1992) para uma outra reclassificação a partir dessas 18 categorias para análise sobre mobilidade social por sexo no Brasil em 1988.

A fonte de informações utilizada para estudar mobilidade social foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE. Foram selecionados os anos que continham o suplemento sobre mobilidade social, quais sejam 1976, 1988 e 1996.⁹ O universo de análise foi restrito aos chefes e cônjuges com idade entre 15 e 65 anos que souberam responder às questões retrospectivas sobre ocupação e escolaridade do pai. O total de observações da amostra no Rio de Janeiro variou entre 10.077 em 1976 e 7.351 em 1996, que expandida representava 31,5% do total de ocupados neste último ano.

A metodologia utilizada para analisar a mobilidade social intergeracional foi a construção de matrizes de transição de *status* socioeconômico, que relacionam a origem (categoria ocupacional do pai) com o destino (categoria ocupacional atual do filho/a). Quando se cruza o *status* atual do filho com o *status* do pai, tenta-se captar a mobilidade em fases mais maduras da carreira tanto do pai quanto do filho. Além disso, ela reflete não só os movimentos entre gerações mas também ao longo da carreira do indivíduo (a mobilidade intrageracional, ou seja, entre a primeira ocupação e a ocupação atual do indivíduo). Como a pergunta no questionário da PNAD é "qual era a função, cargo ou ocupação do seu pai quando ... teve a primeira ocupação", para garantir uma certa comparabilidade entre as fases da carreira é necessário fazer um recorte analítico por por faixa etária e concentrar atenção na faixa de 35 a 50 anos, visto que a idade média da primeira ocupação é em torno de 13 anos.

A análise da mobilidade social entre as gerações do pai e do filho nas décadas de 70 e de 90 significa, no primeiro caso, comparar a origem social dos pais ocupados entre 1940 até meados de 70 com a situação ocupacional do filho em 1976 e, no segundo caso, a origem social dos pais nas décadas de 1960 até meados da de 1990 com a situação ocupacional do filho em 1996. Assim, comparando a situação ocupacional dos filhos têm um período de 20 anos de análise mas se levarmos em conta o período que vai da primeira geração dos pais até a situação atual mais recente dos filhos tem-se um espectro temporal que vai da década de 40 a 1996.

A matriz de mobilidade apresenta-se da seguinte forma:

O : ocupação do pai (i)	D : ocupação do filho (j)				Total Origem
	1	2	...	c	
1	n_{11}	n_{12}	...	n_{1c}	n_{1+}
2	n_{21}	n_{22}	...	n_{2c}	n_{2+}
.
.
r	n_{r1}	n_{r2}	...	n_{rc}	n_{r+}
Total Destino	n_{+1}	n_{+2}	...	n_{+c}	$n_{++} = N$

Onde n_{ij} indica a frequência conjunta da categoria i da variável de origem e a categoria j da variável de destino. Nas marginais da tabela tem-se os totais, seja dos indivíduos com origem i, seja dos indivíduos com origem i, seja de indivíduos com destino j. Esses totais marginais são definidos por

⁹ O suplemento sobre mobilidade social também foi aplicado em outros dois anos da PNAD. Mas, infelizmente, não foi possível recuperar a PNAD 1973 no IBGE. E a PNAD 1982 apresenta dificuldades para utilizar a variável renda, fundamental para construção das categorias ocupacionais.

$$n_{i+} = \sum_{j=1}^c n_{ij} \quad \text{e} \quad n_{+j} = \sum_{i=1}^r n_{ij}$$

E o total de indivíduos pode ser obtido por

$$n_{++} = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^c n_{ij} = \sum_{j=1}^c n_{+j} = \sum_{i=1}^r n_{i+} = N$$

A diagonal principal da matriz representa os casos de imobilidade social ($i=j$), ou seja, os casos em que não houve mudança de categoria ocupacional ou de *status* socioeconômico. Assim, quanto maior a porcentagem de indivíduos na diagonal principal, menor o grau de mobilidade social, o que, por conseguinte, indica uma sociedade em que a posição atual dos indivíduos está muito ligada à origem social.

As matrizes foram ordenadas de forma crescente de modo que os valores acima da diagonal principal representam a mobilidade ascendente e abaixo tem-se a descendente. A soma da mobilidade ascendente e descendente é a mobilidade total. Assim, as medidas de mobilidade que serão utilizadas nessa seção foram calculadas da seguinte forma:

Imobilidade = $\sum_{i=1}^l n_{ii}/N$, onde n_{ii} representa os valores da diagonal principal;

Mobilidade Ascendente = $\sum_{j=1}^c +n_{ij}/N$, onde $+n_{ij}$ significa valores acima da diagonal principal;

Mobilidade Descendente = $\sum_{j=1}^c -n_{ij}/N$, onde $-n_{ij}$ significa valores abaixo da diagonal principal.

Estas medidas de mobilidade são expressas em termos de taxas absolutas e, portanto, são influenciadas pelo componente estrutural da mobilidade decorrente das mudanças na estrutura produtiva e ocupacional e na composição demográfica. Em outras palavras, estas medidas são afetadas pelas distribuições marginais da matriz de mobilidade, as quais representam as diferenças na estrutura ocupacional ocorridas entre as gerações do pai e do filho.

A seção 3 analisa essas taxas absolutas com intuito de avaliar as possibilidades de movimentação dos indivíduos no sistema de estratificação social entre gerações ao longo do tempo no Rio de Janeiro comparativamente ao Brasil. Na seção 4 aplica-se um modelo estatístico apropriado para controlar o efeito das distribuições marginais sobre a mobilidade e captar a evolução da mobilidade por trocas, ou seja, da mobilidade decorrente do fluxo por troca de posições, independente das mudanças na estrutura ocupacional entre as gerações do pai e do filho.

3. Evolução da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro

Poucos estudos foram feitos sobre mobilidade social no Rio de Janeiro. São três, destacados a seguir em ordem cronológica. Pastore e Castro (1983) analisam o efeito do *status* do pai sobre a posição social atingida pelos filhos em 1973 desagregada espacialmente. Verifica-se que nas regiões mais desenvolvidas (Rio e São Paulo) este efeito é menor do que nas regiões menos desenvolvidas. De qualquer maneira, a herança paterna exerce uma influência importante sobre a posição social das pessoas, principalmente pelos efeitos indiretos que ela gera e que se transmitem via a ocupação no início da carreira profissional e, principalmente, via escolaridade.

Andrade (1997) analisa as diferenças no padrão de mobilidade social entre as regiões metropolitanas em 1988 e verifica que as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife apresentam a situação mais desfavorável, com taxas menores de mobilidade ascendente e maiores de descendente.

O trabalho de Valle Silva (1997) enfatiza as diferenças raciais (brancos e não brancos) no Rio de Janeiro em relação ao denominado processo de realização social, ou seja, às possibilidades de atingir determinada posição socioeconômica/ocupacional. Os principais determinantes, em ordem de importância, são a escolaridade, a primeira ocupação e a experiência, sendo que a posição social paterna não tem um efeito significativo. No entanto, o autor destaca que parece existir um outro efeito significativo que poderia ser denominado “herança”, que determinaria o fato de que as pessoas oriundas de famílias melhores posicionadas teriam os maiores rendimentos de sua própria ocupação principal, independentemente da escolaridade e da ocupação atingida. “Este é um fato curioso, uma vez que estas variáveis não pareciam afetar significativamente a ocupação presente, sugerindo a existência de algum capital ‘cultural’ ou ‘social’ que torna mais rentável o desempenho da própria ocupação”.

Em suma, esses estudos mostram que a mobilidade social no Rio de Janeiro é mais alta que a média brasileira, o que indica uma sociedade mais dinâmica, onde as pessoas se movimentam muito no sistema de estratificação social. A idéia nessa seção é analisar a evolução temporal das taxas de mobilidade social no Rio de Janeiro.

3.1. Evolução da mobilidade social total no Rio de Janeiro nas últimas 2 décadas

A mobilidade social no Brasil é alta, quando comparada com outros países¹⁰, e cresceu entre 1976 e 1996, como pode ser visto na tabela 3. No Rio, a mobilidade é ainda maior e apresenta um ligeiro crescimento nos anos 80, sugerindo que o peso da origem familiar na determinação da posição dos indivíduos no sistema de estratificação social é muito pequeno.

Tabela 3
Mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro e Brasil

¹⁰ Ver Pastore e Valle Silva (2000).

	1976	1988	1996	Var(96-76)	Var(96-88)
<i>Rio de Janeiro</i>					
Imobilidade	21,2	21,9	21,6	2%	-1%
Descendente	21,8	23,1	27,5	22%	19%
Ascendente	57,0	55,0	50,9	-11%	-7%
<i>Brasil</i>					
Imobilidade	44,6	32,5	31,5	-29%	-3%
Descendente	12,4	13,5	16,4	32%	21%
Ascendente	43,0	54,0	52,1	21%	-4%
Total	100	100	100		

Fonte: PNADs 1976, 1988 e 1996.

No início do período tanto a mobilidade ascendente quanto a descendente eram maior no Rio. Ou seja, as possibilidades de mudanças de categoria ocupacional entre as gerações de pai e filho(a) - e, portanto de condição socioeconômica -, tanto para cima quanto para baixo, são relativamente maiores no Rio. No final do período, no entanto, somente a mobilidade descendente é maior.

Em outras palavras, a tabela 3 revela um comportamento temporal diferente da mobilidade social no Rio comparativamente ao Brasil no que se refere à queda da mobilidade ascendente. Mas será que este é um comportamento realmente específico do Rio de Janeiro?

Os dados da tabela 4 sobre a mobilidade social por estado mostram que sim. Somente o Rio de Janeiro teve uma queda da mobilidade ascendente e um aumento da imobilidade.¹¹ Esse comportamento se mantém mesmo quando se recorta a análise por sexo, cor, faixa etária e escolaridade.¹²

Tabela 4
Evolução da mobilidade social por Unidade da Federação

	1976			1996			Var(96-76)		
	IMOB.	DESC.	ASC.	IMOB.	DESC.	ASC.	IMOB.	DESC.	ASC.
RIO DE JANEIRO	21,2	21,8	57,1	21,6	27,5	50,9	2%	26%	-11%
SÃO PAULO	27,3	12,8	59,8	20,1	17,9	62,1	-27%	39%	4%
ESPIRITO SANTO	46,5	8,1	45,4	33,9	14,9	51,2	-27%	84%	13%
RIO GRANDE DO SUL	46,9	14,3	38,8	32,2	21,0	46,8	-31%	47%	21%
MINAS GERAIS	51,5	9,4	39,0	33,9	15,3	50,8	-34%	62%	30%
RIO GRANDE DO NORTE	47,3	10,4	42,2	32,4	12,0	55,6	-32%	15%	32%
SANTA CATARINA	52,9	9,6	37,6	36,2	12,0	51,8	-32%	26%	38%
BAHIA	60,1	10,8	29,1	46,3	13,3	40,5	-23%	23%	39%
PARANA	51,9	9,6	38,6	31,3	14,7	53,9	-40%	54%	40%
PERNAMBUCO	54,5	15,2	30,2	39,6	15,6	44,7	-27%	3%	48%
PARAIBA	61,5	6,6	31,9	41,1	11,1	47,8	-33%	69%	50%
CEARA	61,1	8,7	30,2	42,5	12,2	45,3	-30%	40%	50%
SERGIPE	59,5	12,0	28,5	35,5	12,8	51,8	-40%	7%	82%
ALAGOAS	64,6	13,5	21,9	43,4	13,4	43,2	-33%	-1%	97%

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

¹¹ As regiões Norte e Centro-Oeste não foram consideradas por questões de problema de cobertura da amostra da PNAD, principalmente em relação a 1976.

¹² Infelizmente, por falta de espaço as tabelas não foram colocadas no texto.

Isso se deve, principalmente, à diminuição da mobilidade ascendente das categorias ocupacionais com nível socioeconômico mais baixo. Combinando com o fato de que as categorias que apresentaram um crescimento contínuo na ocupação total no período analisado foram serviços domésticos, serviços gerais e comerciantes por conta própria, tem-se que o efeito da decadência estrutural do Rio explica boa parte desse movimento.¹³

Esse fato merece uma reflexão, nem que seja muito breve, sobre as especificidades no processo histórico do desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro. A transferência da capital, a fusão da maneira em que se deu e, com a democratização, a eleição ou nomeação de governantes locais sistematicamente de partidos de oposição ao governo federal foram, aos poucos, fazendo com que o peso relativo da economia fluminense na nacional fosse se reduzindo. De vanguarda do país em muitos aspectos da vida econômica e cultural, o Rio está progressivamente se aproximando da média nacional.

4. Tendências do padrão de mobilidade social por trocas: a desigualdade de oportunidades diminuiu no Rio de Janeiro?

Quando se analisa as matrizes de transição não é possível identificar se isso significou uma mudança no padrão de distribuição das chances relativas de movimentação dos indivíduos entre as posições sociais na estrutura de estratificação social ou se foi decorrente de mudanças estruturais. Então, para se analisar a evolução temporal do padrão de distribuição de oportunidades é necessário isolar o componente da mobilidade total referente à mobilidade por trocas ou circular.

De acordo com Sedlacek, Barros e Varandas (1988), a mobilidade pode ser decorrente de um aumento no tamanho de um grupo em relação a outros ou pode ser consequência de uma mobilidade por trocas, mantendo o tamanho relativo dos grupos constantes. Os autores, então, decompõem a mobilidade total em mobilidade estrutural ou por trocas (circular), com intuito de calcular um coeficiente de abertura da economia.

Valle Silva e Roditi (1986) analisam o grau de abertura ou de fluidez social questionando se a “tese da industrialização”¹⁴ se aplicaria ao caso brasileiro, qual seja, a de que com a industrialização ocorre não só uma mudança na estrutura de estratificação social – ou seja, mudanças na distribuição dos bens, recursos e posições sociais – mas também modificações no processo de estratificação, isto é, nas regras de distribuição dos indivíduos nessa estrutura. Seguindo esse raciocínio, “a democratização da sociedade – no que diz respeito à distribuição de oportunidades – é função do quão rápido e do quão profundamente se pode implementar nela uma economia industrial e moderna”.

Assim, no período do desenvolvimento econômico para uma economia industrializada, as chances de melhora no quadro de mobilidade social – e, portanto, do processo de democratização ou de distribuição de oportunidades na sociedade – aumentariam até o ponto em que as economias se tornariam desenvolvidas ou “plenamente industrializadas”, quando o padrão de mobilidade circular se estancaria.

¹³ Ver tabelas A.1 e A.2 do Apêndice.

¹⁴ Ver Lipset e Bendix (1959) e Treinam (1970).

No entanto, o artigo pioneiro de Valle Silva e Roditi, utilizando modelos log-lineares para separar os efeitos de mudanças exógenas na estrutura ocupacional, por um lado, e o padrão de mobilidade circular, por outro, mostram que não houve uma mudança no padrão de mobilidade circular dos indivíduos na estrutura de estratificação social nos anos 70, apesar do forte crescimento econômico vivido nesse período no Brasil. Esse resultado levou os autores, junto com as constatações provenientes das pesquisas sobre as experiências dos países desenvolvidos, a relativizar o efeito da industrialização e da educação sobre a mobilidade social e a concluir que “as diferenças na estrutura da mobilidade são pelo menos tão dependentes da organização política quanto do desenvolvimento econômico”.

Andrade (1997) realiza uma atualização da análise da evolução do padrão temporal da mobilidade de circulação para cinco regiões metropolitanas com os dados da PNAD 1988. Verifica-se, novamente, que “o modelo de padrões de mobilidade ocupacional constante ao longo do tempo se ajusta bem aos dados. Vale ainda considerar que as diferenças entre as regiões metropolitanas são pequenas”.

Em Patore e Valle Silva (2000) analisa-se as mudanças no padrão de mobilidade circular entre 1973 e 1996 no Brasil. Os autores concluem que a mobilidade total no Brasil aumentou devido principalmente ao aumento da mobilidade circular ou por trocas, sugerindo que o mercado de trabalho está mais competitivo. Ademais, o padrão de mobilidade circular observado em 1996 registrou uma diminuição do peso da herança ocupacional e "um aumento das chances de cruzar, tanto para cima quanto para baixo, a barreira rural e manual/não manual, apontando para uma pequena, mas significativa, diluição da estrutura de classes observada em 1973. Esses resultados indicam que, neste último quarto de século, em que pese o notório aumento das desigualdades sócioeconômicas, a sociedade brasileira se tornou ligeiramente mais aberta".

A pergunta que se tenta responder a seguir é se esse modelo de fluidez constante, ou seja, de padrão de mobilidade de circulação estável ao longo do tempo se ajusta bem ao caso do Rio de Janeiro em 1996.

4.1. Modelo analítico

O modelo analítico usualmente adotado para decompor a mobilidade total em seus dois componentes básicos - estrutural e por trocas - tem sido o modelo log-linear geral,¹⁵ em que não se faz distinção entre as variáveis dependentes e independentes, aplicado às tabelas de mobilidade. O modelo log-linear geral expressa o logaritmo da frequência de cada célula em uma tabela de contingência como uma combinação linear de cada possível interação entre as variáveis envolvidas na tabela.

Considerando o caso mais simples da tabela bi-dimensional, ele pode ser escrito na sua forma aditiva da seguinte forma:

¹⁵ Ver Agresti (1990) , Hout (1983). Para os estudos sobre o tema no Brasil, o primeiro artigo a adotar este tipo de modelo foi Valle Silva e Roditi (1988). Ver também Scalón (1997), Andrade (1997) e Pastore e Valle e Silva (2000).

$$\text{Log}(F_{ij}) = \mu + \mu_i^O + \mu_j^D + \mu_{ij}^{OD} \quad (1)$$

onde $\text{Log}(F_{ij})$ é o estimador de máxima verossimilhança via modelo do logarítimo das frequências esperadas das células (i,j) da tabela de mobilidade. Os parâmetros μ_i^O e μ_j^D representam os efeitos principais sobre o $\text{Log}(F_{ij})$ e, nesse caso, representam os efeitos da distribuição da ocupação do pai (O) e da ocupação do filho (D). Captam, portanto, o efeito da mobilidade estrutural sobre a mobilidade total. O parâmetro μ_{ij}^{OD} representa o efeito interação, ou seja, o efeito da associação entre a ocupação do pai e do filho sobre $\text{Log}(F_{ij})$, mensurando, portanto, a mobilidade de circulação.

O modelo que contempla todos os possíveis efeitos é chamado de modelo saturado e reproduz perfeitamente a tabela original, ou seja, não há diferença entre as frequências observadas e esperadas. O modelo da equação 1 não tem qualquer interesse substantivo. O interessante é testar o modelo de independência em que $\mu_{ij}^{OD} = 0$.

$$\text{Log}(F_{ij}) = \mu + \mu_i^O + \mu_j^D \quad (2)$$

A avaliação do modelo é realizada através da comparação entre as frequências observadas na tabela de mobilidade e as frequências observadas no modelo de base escolhido. Se essas frequências forem consideradas suficientemente próximas diz-se que o modelo mais simples se ajusta bem aos dados e, portanto, oferece uma explicação razoável para as relações observadas na tabela. Nesse caso, estaria sendo testado se o modelo de mobilidade perfeita ou de independência estatística entre a posição social de origem e destino se ajusta bem aos dados observados.

No entanto, o interesse analítico maior com a aplicação desse modelo é avaliar a evolução do padrão da mobilidade de circulação e, para tanto, a tabela tem mais uma dimensão - a coorte de entrada no mercado de trabalho. Nesse caso, o modelo saturado pode ser expresso da seguinte maneira:

$$\text{Log}(F_{ijk}) = \mu + \mu_i^O + \mu_j^D + \mu_k^T + \mu_{ik}^{OT} + \mu_{jk}^{DT} + \mu_{ij}^{OD} + \mu_{ijk}^{ODT} \quad (3)$$

onde $\text{Log} F_{ijk}$ representa a estimativa via modelo das frequências esperadas na tabela tridimensional sobre ocupação do pai (O), ocupação do filho (D) e coorte de entrada (T) no mercado de trabalho.¹⁶

Os parâmetros $\mu_i^O, \mu_j^D, \mu_k^T$ representam os efeitos sobre $\text{Log}(F_{ijk})$ das respectivas distribuições marginais da ocupação do pai, da ocupação do filho e do tamanho da

¹⁶ A variável coorte foi definida a partir das informações relativas à idade do respondente e à sua idade ao entrar no mercado de trabalho. Ou seja: Coorte no mercado de trabalho = (1996 - tempo de permanência no mercado de trabalho). Foram utilizadas coortes de 5 anos com o intuito de captar as diferenças nas condições de mercado de trabalho, com exceção do grupo mais velho, que a coorte foi ampliada para evitar os problemas decorrentes de células vazias. Vale dizer que a mobilidade intergeracional que está sendo analisada nesse seção é entre a ocupação do pai e a primeira ocupação do filho.

coorte de entrada no mercado de trabalho. Já os os termos μ_{ik}^{OT} e μ_{jk}^{DT} representam os efeitos da variação temporal (entre as coortes) nas distribuições ocupacionais do pai e do filho. Quando se inclui no modelo os cinco termos descritos anteriormente controla-se a mobilidade estrutural e sua variação ao longo do tempo .

Da mesma forma que antes, o termo μ_{ij}^{OD} representa o efeito da interação entre pai e filho sobre a mobilidade total, controlados os efeitos da mobilidade estrutural e sua variação ao longo do tempo. Pode-se dizer, então, que representa o padrão da mobilidade circular ou por trocas. O último termo μ_{ijk}^{ODT} estima o efeito da variação da associação entre pai e filho ao longo do tempo (entre as coortes), ou seja, representa a variação temporal do padrão de mobilidade circular.

Nas palavras de Valle Silva e Roditi (1988), "pode-se dizer que o modelo saturado conforme especificado, decompõe a mobilidade total observada em três componentes básicos de interesse:

- a) a mobilidade estrutural e sua variação ao longo do tempo
($\mu_i^O, \mu_j^D, \mu_k^T, \mu_{ik}^{OT}, \mu_{jk}^{DT}$);
- b) o padrão básico da associação entre pai e filho, ou seja, o padrão da mobilidade circular
(μ_{ij}^{OD});
- c) a variação temporal do padrão de mobilidade circular
(μ_{ijk}^{ODT}).

Como já visto anteriormente, esse modelo é saturado e, dessa forma, não apresenta interesse teórico. "O que interessa teoricamente é a possibilidade de um modelo mais parcimonioso reproduzir, com um nível aceitável de precisão, a tabela de mobilidade observada. Neste caso, dir-se-á que esse modelo mais parcimonioso é preferível àquele que contém mais parâmetros". (Valle Silva e Pastore, 2000)

Considere então que o termo de maior ordem do modelo tenha sido omitido, ou seja, $\mu_{ijk}^{ODT} = 0$. A equação reduzida será

$$\text{Log}(F_{ijk}) = \mu + \mu_i^O + \mu_j^D + \mu_k^T + \mu_{ik}^{OT} + \mu_{jk}^{DT} + \mu_{ij}^{OD} \quad (4)$$

Esse modelo capta as diferenças nas distribuições ocupacionais e suas mudanças ao longo do tempo mas admite que a associação entre a ocupação do pai e do filho é constante ao longo do tempo. Sendo assim, é o modelo que testa a hipótese do padrão de mobilidade circular constante ao longo do tempo.

Se retirarmos também o termo de interação entre a ocupação do pai e do filho, isto é, $\mu_{ij}^{OD} = \mu_{ijk}^{ODT} = 0$, tem-se que não somente inexistente variação temporal no padrão de mobilidade circular como, dentro de cada coorte, as variáveis ocupação do pai e do filho são condicionalmente independentes. Isto quer dizer que a mobilidade total seria totalmente explicada pelos efeitos da mobilidade estrutural e sua variação ao longo do tempo. A equação seria reduzida a

$$\text{Log}(F_{ijk}) = \mu + \mu_i^O + \mu_j^D + \mu_k^T + \mu_{ik}^{OT} + \mu_{jk}^{DT} \quad (5)$$

Esse modelo servirá de modelo de base ao se avaliar os ganhos explicativos advindos decorrentes da utilização de modelos mais complexos, especialmente para o modelo de padrão temporal constante da mobilidade circular.

Para completar essa análise, testaremos também um tipo de modelo denominado de mobilidade quase perfeita, que corresponde a hipótese de quase independência no contexto da mobilidade social. Como a diagonal principal tem um peso maior nas tabelas de mobilidade social, ela pode disfarçar as mudanças existentes nos padrões de mobilidade fora da diagonal principal. Então, aplica-se o modelo log-linear geral para somente os triângulos acima e abaixo da diagonal principal. "A hipótese subjacente é que uma vez que o indivíduo 'escape' do seu estrato de origem, o seu destino é perfeitamente aleatório". Em outras palavras, ao eliminar o efeito da diagonal principal testa-se a existência de um padrão de mobilidade e não de herança ocupacional.

Para avaliar se os modelos se ajustam bem aos dados observados, utiliza-se três estatísticas bastante convencionais para esse tipo de modelo. A primeira é a estatística de Qui-quadrado da razão de verossimilhança:

$$G^2 = 2 \sum n_{ijk} (\log n_{ijk} - \log F_{ijk}) \quad (6)$$

onde n_{ijk} é a frequência observada e F_{ijk} , a frequência estimada pelo modelo. A estatística se distribui como uma distribuição χ^2 . No entanto, pelo fato da PNAD ser construída com uma amostra complexa, e não aleatória simples, a estatística de G^2 se vê afetada. Além disso, o valor dessa estatística depende do tamanho da amostra e considerando-se pesquisas muito grandes como a PNAD, corre-se um grande risco de rejeitar a hipótese nula em favor de hipóteses alternativas.

É necessário, então, adotar outras estratégias para avaliar o ajuste do modelo. A segunda estatística adotada para verificar o ajuste de um padrão consiste em considerar um modelo base e compará-lo com um modelo mais complexo. O R^2 é uma medida de razão que permite avaliar o quanto a utilização do modelo complexo melhora a explicação das frequências observadas em relação àquela estimada pelo modelo de base.

$$R^2 = 1 - (G^2 \text{ para o modelo completo} / G^2 \text{ para o modelo de base}) \quad (7)$$

Por último, utilizou-se o índice de dissimilaridade (Δ) que indica a porcentagem de casos que deveriam ser realocados em outras células para tornar perfeito o ajuste do modelo.

$$\Delta = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^c |(n_{ij} - F_{ij}) / 2N| \quad (8)$$

4.2. Tendências da mobilidade circular intergeracional

O modelo A.1 é o modelo de base especificado anteriormente pela equação 5. Como ele implica a hipótese de independência entre a ocupação do pai e do filho, confirma-se o esperado de que o modelo não se ajusta bem aos dados, apresentando, no Rio de Janeiro, um G^2 de 1.707 com 704 graus de liberdade e uma proporção de casos mal alocados de 25,5%. No Brasil observa-se estatísticas semelhantes e, portanto, rejeita-se para ambos os casos a hipótese de que há mudanças temporais nas distribuições ocupacionais do pai e do filho mas não existe associação entre a ocupação do pai e do filho.

Tabela
Análise dos modelos de teste da estabilidade temporal da
mobilidade intergeracional: 1996

Modelo	G^2	<i>g.l.</i>	α	R^2	Δ
<i>Rio de Janeiro</i>					
A. Todos					
1. OT, DT (Ho: $\mu_{ij}^{OD} = \mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	1.707,51	704	0,000	0,000	25,48
2. OT, DT, OD (Ho: $\mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	568,58	640	0,000	0,667	11,97
B. Móveis					
1. OT, DT (Ho: $\mu_{ij}^{OD} = \mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	981,21	627	0,000	0,425	15,82
2. OT, DT, OD (Ho: $\mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	489,08	564	0,000	0,714	9,77
<i>Brasil</i>					
A. Todos					
1. OT, DT (Ho: $\mu_{ij}^{OD} = \mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	17.427,34	704	0,000	0,000	23,06
2. OT, DT, OD (Ho: $\mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	780,44	640	0,000	0,955	3,00
B. Móveis					
1. OT, DT (Ho: $\mu_{ij}^{OD} = \mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	4.460,31	607	0,000	0,744	8,75
2. OT, DT, OD (Ho: $\mu_{ijk}^{ODT} = 0$)	654,87	550	0,000	0,962	2,41

Fonte: PNAD 1996. Obs: O = Ocupação do pai; D = Primeira ocupação do filho; T = Coorte

O modelo A.2 testa a hipótese de estabilidade do padrão de mobilidade circular, ou seja, de associação pai-filho constante ao longo do tempo, conforme especificado pela equação 5. Verifica-se que os valores de G^2 , com os graus de liberdade associados, estão abaixo de seu valor esperado tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil. No entanto, as outras estatísticas revelam algumas diferenças. No Brasil, o modelo de estabilidade temporal da mobilidade circular dá conta de 95,5% da variação do modelo de base e tem uma proporção de casos mal alocados de apenas 3%. Tomando-se esses indicadores em conjunto, não só G^2 aconselha aceitar a hipótese nula mas também as outras estatísticas apontam no sentido de que o modelo de invariância temporal da mobilidade circular no Brasil se ajusta muito bem aos dados.

No entanto, no Rio de Janeiro o R^2 é consideravelmente menor (66.7%) e o modelo não consegue alocar corretamente 12% dos casos. Assim, pode-se dizer que G^2 indica a não rejeição da hipótese nula mas as outras estatísticas revelam que o modelo no caso do Rio de Janeiro não se ajusta tão bem aos dados quanto no Brasil como um todo.

O modelo B.1 especifica que as distribuições marginais mudam ao longo do tempo mas que não existe interação pai-filho fora da diagonal principal. Examinando os resultados, rejeita-se a hipótese de independência entre a ocupação do pai e do filho, o que significa que existe um padrão de mobilidade que não é herança ocupacional, mesmo quando o indivíduo não permanece na posição ocupacional de seu pai. Além disso, o modelo B.2 para o caso dos móveis também aponta no sentido de não rejeitar a hipótese nula, o que revela que o modelo de estabilidade temporal da interação pai-filho também se ajusta bem aos dados. Por fim, observa-se que também para os 'móveis', os modelos para o caso brasileiro têm um ajustamento melhor que para o Rio de Janeiro.

Conclusão

O Rio de Janeiro apresenta uma mobilidade social muito alta, indicando uma sociedade muito dinâmica, onde as pessoas se movimentam muito entre os estratos sociais e, portanto, a origem social tem um peso relativamente pequeno para determinar o *status* socioeconômicos dos indivíduos. Esse é um aspecto positivo da sociedade fluminense pois coloca os outros canais de mobilidade social – principalmente, educação e cultura – como fatores mais importantes para determinar a posição socioeconômica do indivíduo, o que caracterizaria um bom indicador de desenvolvimento social.

A análise da mobilidade social ao longo do tempo revela um comportamento específico do Rio de Janeiro, qual seja o crescimento da imobilidade e a diminuição da mobilidade ascendente, que pode estar apontando para uma reversão da tendência no quadro de desigualdade de oportunidades visto a partir da mobilidade social. Em outras palavras, apesar da sociedade fluminense continuar sendo muito aberta, mantendo o ritmo atual de mudanças sistema político e econômico, a tendência pode ser de que o peso da origem social aumente e que, uma vez que a pessoa mude de *status* socioeconômico em relação a seu pai, o risco de vê-lo diminuído cresça .

Talvez o indicador mais desalentador para esse quadro de reversão é que, além da alta mobilidade social de curta distância determinar um padrão condizente com as elevadas desigualdades socioeconômicas, a mobilidade ascendente diminuiu principalmente para as categorias ocupacionais com nível socioeconômico mais baixo (serviços domésticos e gerais). No outro pólo do sistema social, o peso da origem social aumenta na categoria ocupacional mais elevada. Ou seja, a categoria de profissionais liberais está sendo cada vez mais preenchida por filhos de profissionais liberais, o que aponta, em alguma medida, para um fechamento desse estrato social para outras categorias ocupacionais.

Por um lado, essa tendência pode ser explicada, pelo menos em parte, pela perda de dinamismo da economia fluminense vem ocorrendo há algumas décadas e, por conseguinte, pelo componente estrutural da mobilidade social. Por outro lado, a análise dos resultados dos modelos log-lineares mostra que a existência de um padrão de mobilidade intergeracional, seja de herança ocupacional ou de movimentação para outras ocupações associada à origem social, e que esse padrão de associação entre a posição social do pai e do filho se mantém constante ao longo do tempo. Vale notar que o modelo se ajusta melhor para o Brasil do que para o Rio de Janeiro. Isso quer dizer que existe uma estabilidade no padrão de mobilidade circular. Assim, apesar da elevada mobilidade social no Rio de Janeiro, as regras de distribuição das chances relativas das pessoas ocuparem as diferentes posições no sistema de estratificação social não muda de forma significativa. ao longo do tempo. Assim, *plus ça chance, plus ça reste le même*.

Referências bibliográficas

- AGRESTI, A. **Categorical Data Analysis**. University of Florida : Wiley, 1990
- ANDRADE, F. C. D. **Mobilidade social na Região metropolitana de Belo Horizonte**. Nova Economia (Número Especial), 1995
- _____. **Níveis e padrões de mobilidade social em cinco regiões metropolitanas**. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1997
- BARROS, R et al. **A desigualdade da pobreza : estratégias ocupacionais e diferenças por gênero**. (Texto para discussão nº 453). Rio de Janeiro : IPEA.
- BLAUG, M. **Metodologia da economia**. São Paulo : EDUSP, 1999.
- FERREIRA, H. G.F & BARROS, R. **The slippery slope : Explaining the increase in extreme poverty in urban Brazil, 1976-1996**. (Texto para discussão nº 404) Departamento de Economia / PUC-Rio, abril, 1999
- HOUT, M. **Mobility tables**. Sage Publications, 1983
- JANNUZZI, P.M. Construção de uma escala sócio-ocupacional : notas metodológicas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, 60(214):7-24,1999.
- LAGO, L. C. **Desigualdade e segregação na Metrôpole : O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan /FASE, 2000
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo : T.A Queiroz/ EDUSP, 1979.
- PASTORE, J. & CASTRO, M. C **Cambios ocupacionales, movilidad y desigualdad social em Brasil**.
- RIBEIRO, L.C.Q & LAGO. L.C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras : São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, 3:111-130, novembro, 2000.
- SCALON, M.C. **Mobilidade social no Brasil : padrões e tendências**. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Revan, 1999.
- VALLE SILVA, N e RODITI, D. **Et plus ça change.... Tendências históricas da fluidez social no Brasil**. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 29, nº3, pp.345-363, 1988.
- VALLE SILVA, N. **Posição Social das ocupações**. Rio de Janeiro : IBGE, 1978.
- _____. **Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980**. Rio de Janeiro: LNCC, 1985 (Relatório de Pesquisa e desenvolvimento).
- _____. **Uma proposta de classificação das ocupações brasileiras**. LNCC, 1992 (Mimeo).

Apêndice

Tabela A.1
Evolução da mobilidade social por estrato ocupacional

	<i>Imobilidade</i>			<i>Descendente</i>			<i>Ascendente</i>		
	76	96	Dif.	76	96	Dif.	76	96	Dif.
Rio de Janeiro	76	96		76	96		76	96	
1. Trabalhadores rurais	78,0	67,4	-10,6	22,0	32,6	10,6			
2. Serviços domésticos	3,5	6,8	3,2	39,1	53,9	14,8	57,4	39,4	-18,0
3. Trabalhadores da indústria tradicional	20,5	29,1	8,6	27,3	34,4	7,1	52,2	36,5	-15,7
4. Trabalhadores nos serviços gerais	12,7	17,0	4,3	23,4	31,7	8,3	63,9	51,2	-12,7
5. Comerciantes por conta-própria	15,7	11,9	-3,8	18,9	31,5	12,6	65,4	56,6	-8,8
6. Trabalhadores da indústria moderna	10,5	17,0	6,5	21,3	17,8	-3,5	68,3	65,2	-3,0
7. Técnicos, artistas e trab.de escritório	15,2	22,0	6,8	22,7	15,4	-7,3	62,1	62,7	0,6
8. Empregadores	33,4	16,5	-16,9	4,5	10,5	6,0	62,1	73,0	10,9
9. Profissionais liberais e dirigentes	17,2	30,7	13,6			0,0	82,8	69,3	-13,6

Fonte: PNADs 1976 e 1996.

Tabela A.2
Evolução da estrutura ocupacional por categoria ocupacional no Rio de Janeiro

<i>Rio de Janeiro</i>	1976	1988	1996	Var(96-76)	Var(96-88)
1. Trabalhadores rurais	7,4	4,8	5,2	-30%	8%
2. Serviços domésticos	13,4	16,6	16,8	25%	1%
3. Trabalhadores da indústria tradicional	17,9	15,3	14,8	-17%	-3%
4. Trabalhadores nos serviços gerais	15,1	14,7	16,1	7%	9%
5. Comerciantes por conta-própria	4,5	5,6	7,5	66%	34%
6. Trabalhadores da indústria moderna	7,8	6,5	6,3	-20%	-3%
7. Técnicos, artistas e trabalhadores de escritório	19,6	22,7	20,4	4%	-10%
8. Empregadores	6,6	4,8	4,6	-30%	-5%
9. Profissionais liberais e dirigentes	7,6	9,0	8,3	10%	-7%
Total	100	100	100		

Fonte: PNADs 1976, 1988 e 1996.